

COMUNICAÇÃO ORAL - GT 26 | PSICOLOGIA POLÍTICA E POLÍTICAS  
PÚBLICAS SOCIAIS EM TEMPOS DE POLÍTICAS DE AUSTERIDADE E  
CONSERVADORISMO

**“QUANDO A MÃE É PRESA A CASA CAI” – REFLEXÕES SOBRE A REDE  
DE POLÍTICAS SOCIAIS QUE ACOMPANHA O PROCESSO DE  
SEPARAÇÃO DE MULHERES-MÃES E BEBÊS EM SITUAÇÃO DE  
CÁRCERE**

*Luiza Ribeiro Pinto Ferreira (luizarpferreira@gmail.com)*

O presente resumo parte do mestrado em andamento que tem como campo de pesquisa o acompanhamento de duas duplas de mulheres-mães e seus bebês em situação de cárcere e a rede de políticas sociais que se enoda a partir da separação imposta pelo Estado quando pessoas gestantes ou com bebês são presas e obrigadas a entregar seus filhos e filhas para Serviços de Acolhimento Institucional (Estado) ou para familiares, geralmente na figura das avós ou tias. Ao acompanhar os itinerários dessas duplas e articular a rede de políticas sociais que supostamente garantiria os direitos dessas mulheres-mães e bebês fica em relevo que esse processo de separação imposta é continuidade do projeto colonial e, logo, sustentado pelo racismo estrutural como engrenagem fundamental para a reprodução do capitalismo em sua particularidade brasileira. Se temos a dinâmica genocida do Estado, que aniquilou corpos e saberes, é verdade também que a população outrora escravizada e que constitui a classe trabalhadora é agente ativa na formação nacional. No caso das políticas públicas, foram criadas e conquistadas a partir dos movimentos sociais protagonizados pela classe trabalhadora composta sobretudo pelo

movimento de mulheres negras, como é o caso do SUS, SUAS, a luta por educação básica, dentre outras conquistas no âmbito da institucionalidade. Foram forjadas desde o marco da Constituição de 1988 dispositivos que garantem a participação da sociedade civil nas políticas públicas, que se encontram, hoje em dia, enfraquecidos e pouco operativos no cotidiano de quem é trabalhador(a) da rede sócio assistencial. Assim, no avesso da face genocida do Estado, que nesse caso se manifesta a partir do rompimento de laços e da negação à maternidade de mulheres negras, estaria a possibilidade de uma escuta das profissionais das políticas sociais na direção da sustentação da singularidade e contrária a lógica que individualiza, culpabiliza e não reconhece o intenso sofrimento produzido no laço social. No entanto, o que era para ser avesso e fazer frente ao aniquilamento produzido pelo próprio Estado se torna praticamente face da mesma moeda em tempos de avanço neoliberal. No interior dos serviços que atendem aquelas que são violentadas pelo Estado se sobrepõe o cuidado colonial, que parte de uma lógica individualizante ao não reconhecer a historicidade presente na singularidade de cada “usuária” das políticas sociais. Isso não se dá sem tensionamentos internos na própria rede de serviços, sobretudo quando uma equipe está pautada em certo olhar que racializa a escuta, e a outra não, embora ambas atendam a mesma pessoa. Sem uma direção ética comum que sustente um projeto de cuidado intersetorial que considere a raça, classe e gênero como categorias que se interseccionam e informam a produção de sofrimento as políticas sociais acabam por reproduzir lógicas que reinteram a violência que constitui a própria formação do Estado. Pretende-se então refletir em quais direções fortalecer as políticas sociais em tempos ultra conservadores?